

PAÍS

IBGE 6,6% das crianças entre 10 e 14 anos atuam no mercado

Metade da população com trabalho ganha até R\$ 300

Metade da população ocupada do país ganha até R\$ 300,00 por mês e quanto maior o nível de instrução do trabalhador, mais chances ele tem de ter um salário melhor. A constatação é do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no estudo sobre Trabalho e Rendimento a partir dos resultados do Censo Demográfico 2000. Segundo o Instituto, o nível dos rendimentos de trabalho mostra relação sensível com o grau de instrução que as pessoas alcançaram, uma vez que a elevação do nível educacional possibilita que os indivíduos tenham mais condições de se inserir no mercado de trabalho em funções que propiciem melhores remunerações.

Em todas as regiões do país, o Índice de Gini, que mede a concentração dos rendimentos, foi maior na área urbana. A região Sudeste apresentou o maior rendimento mediano mensal de trabalho da população ocupada, R\$ 700,00, mais do que o dobro dos trabalhadores do Nordeste, que ganhavam um rendimento mediano de R\$ 302,00. Também são do Nordeste os maiores percentuais de pessoas ocupadas sem rendimento (15,6%) e recebendo até um salário mínimo (40,5%).

O estudo mostra que o grupo dos escalões superiores do poder público, dirigentes de organizações de interesse público e de empresas e gerentes e o dos profissionais das ciências e artes tinham os maiores rendimentos medianos mensais.

MULHERES GANHAM MENOS EM TODAS AS CATEGORIAS

No outro extremo estava o grupo dos trabalhadores agropecuários, florestais, de caça e pesca. Em todas as categorias de emprego as mulheres ganhavam menos do que os homens. As maiores defasagens foram observadas nos grupos dos profissionais das ciências e artes e dos técnicos de nível médio.

As pessoas com mais de um trabalho representavam 13,5% do total da população ocupada no país com pelo menos 15 anos de estudo. Os índices foram mais elevados (18,2%) na região Nordeste, enquanto os mais baixos (12,2%) ficaram no Sudeste. A pesquisa mostra que o segundo trabalho é mais frequente em atividades como Educação, Saúde e Artes, reunindo 52,1% da população ocupada do país, e onde os profissionais trabalham habitualmente menos de 40 horas semanais.

Novamente os maiores índices foram registrados no Nordeste (29,6%), onde, segundo o IBGE, há a maior proporção de trabalhadores agrícolas, e os menores no Sudeste (18,9%), pelo fato das longas distâncias nos grandes centros urbanos, como Rio de Janeiro e São Paulo, dificultarem o deslocamento dos profissionais pa-

22,3% dos aposentados ainda trabalham

Os números referentes a trabalho e rendimento do Censo 2000, divulgados pelo IBGE, mostram que 22,3% dos aposentados, o que equivalia a 3,228 milhões de pessoas (4,92% da população ocupada), continuavam trabalhando naquele ano. A parcela chegava a 30,2% entre os homens e a 4,1% entre as mulheres. Embora o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) considere que os números de 2000 não podem ser comparados com os do Censo de 1991, o economista Marcelo Néri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), acredita que o percentual "é provavelmente mais alto que em décadas anteriores".

Para Néri, o quadro decorre da combinação de três fatores: as pessoas se aposentam relativamente cedo no Brasil; o tempo de vida da população está aumentando; e a aposentadoria é insuficiente para que a pessoa tenha uma vida confortável. Citando levantamen-

to do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Néri afirma que determinadas características da legislação brasileira para idosos, como o acesso gratuito a ônibus e a prioridade em filas, podem dar a eles vantagens sobre os jovens. Um exemplo é a ocupação de office-boy. O empregador dá preferência aos idosos para não pagar condução e não ter um funcionário preso em filas.

Segundo o IBGE, o aposentado trabalhava mais na área rural que na urbana. Na rural, 31,2% dos aposentados estavam trabalhando em 2000, contra 20,2% na urbana. Em ambos os casos, os homens permanecem mais no mercado que as mulheres. Na área rural, 44% dos homens aposentados trabalhavam, contra 19,2% das mulheres. Na urbana, o contingente masculino era de 27,2%, contra 12,9% das mulheres.

O Sul é onde o contingente de aposentados trabalhando é proporcionalmente maior (26,5%), sendo que na zona rural o índice chega a 38,5%, passando da metade (50,2%) entre os homens. O IBGE constatou ainda que 10,6% da população com 70 anos ou mais continuava trabalhando - 8,3% nas cidades e 21,3% no campo. A proporção é maior que a das crianças de 10 a 14 anos ocupadas em 2000, que ficava em 6,6% - 4,2% na área urbana e 15,1% na área rural.

ra o local de trabalho.

O estudo aponta, ainda, que 35,1% das mulheres trabalham menos de 40 horas semanais enquanto 16,5% dos homens têm este tipo de jornada. Na área rural, o percentual de profissionais que trabalhavam menos de 40 horas semanais (28,9%) superou o da urbana (2,8%) em termos de país e também nas regiões Norte (33,5% na rural e 23,8% na urbana), Nordeste (37,7% na rural e 25,8% na urbana) e Sul (21,5% na rural e 19% na urbana).

Ainda de acordo com o estudo, as populações ocupadas masculina e feminina se distribuem de forma diferenciada nas seções da atividade econômica. Os homens estão mais concentrados na indústria (30%), agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal (22,1%) e no comércio e serviços (20,3%). As mulheres concentram suas atividades no comércio e serviços (44,9%), nos serviços domésticos (18,7%), administrativos (12,8%) e nas profissões ligadas à educação, artes e ciências (7,9%).

Ainda segundo o estudo, um total de 1,14 milhão de crianças de 10 a 14 anos trabalhavam no país no período pesquisado. O número corresponde a 6,6% da população nesta faixa etária. As áreas rurais registraram a maior participação da popu-

lação infantil no trabalho. A cada cem crianças vivendo no campo, 15 exerciam alguma atividade. Nas cidades, 4,2% dessa faixa de idade trabalhava. Dados do IBGE de setembro deste ano mostraram que, apenas nas seis principais regiões metropolitanas do país - São Paulo, Rio, Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre -, o número de crianças trabalhando chegava em 132 mil, um salto de 50% em relação a janeiro de 2003 e de 76% em um ano.

Os novos dados do Censo 2000 indicam que o trabalho infantil atingiu mais os meninos em 2000, que formaram um contingente de 771 mil trabalhadores em todo o país. A parcela feminina correspondeu a 370 mil. Segundo o IBGE, 48,4% dessas crianças não recebiam remuneração nenhuma.

A explicação deve-se ao fato de grande parte do trabalho infantil ocorrer nas áreas rurais, na agricultura familiar. Esse grupo de trabalhadores correspondeu a 1,74% do total de pessoas ocupadas no Brasil em 2002, sendo que nas áreas rurais, representou 4,8%. Nas cidades, o percentual era de 1,1%. O trabalho exercido por menores de 14 anos é ilegal no país. Para os que têm de 14 a 16 anos, o trabalho é permitido desde que seja como aprendiz e que o jovem esteja estudando.

8,34 milhões em moradias inadequadas

Dos 44,8 milhões de domicílios brasileiros, 3% não têm abastecimento de água potável nem esgotamento sanitário, não são servidos por coleta de lixo e têm mais de dois moradores por dormitório, de acordo com novos cruzamentos dos dados do Censo 2000, feitos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e divulgados ontem. São 8,34 milhões de brasileiros que se alojam em 2,2 milhões de residências totalmente inadequadas para a moradia. É uma população um pouco superior à de Pernambuco (7,9 milhões).

Segundo os critérios adotados pelo Instituto, menos da metade (44%) dos domicílios brasileiros são considerados totalmente adequados. Para chegar a essas conclusões, os técnicos do IBGE procuraram saber quantas residências tinham as seguintes características: eram ligadas à

rede de abastecimento de água, tinham coleta de esgoto ou o depositavam em fossa séptica, tinham o lixo recolhido e abrigavam no máximo duas pessoas por dormitório. Os lares que preencheram todos os critérios foram considerados adequados.

De acordo com a pesquisa, 51% dos domicílios brasileiros são semi-adequados, ou seja, tinham em 2000 ao menos uma das características pesquisadas, mas não todas elas. Em relação aos dados de 1991, os números atuais mostram que houve melhoria nas condições de moradia. No início da década passada, apenas 33% das residências eram consideradas totalmente adequadas. A porcentagem de semi-adequadas era de 56%, e a de totalmente inadequadas, de 11%.

Os dados mostram que houve uma

evolução importante, mas ainda é preocupante considerar que apenas 44% dos domicílios são totalmente adequados. O fato de termos 5% de residências totalmente inadequadas significa que, numa estimativa otimista, ao menos 8,4 milhões de pessoas vivem nesses lares. Os dados confirmam a necessidade enorme de investimento na infraestrutura sanitária afirmou Mônica Porto, professora do Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (USP).

O IBGE analisou ainda a situação das áreas no entorno dos domicílios pesquisados. Em 2000, 64% das residências ficavam em ruas iluminadas; 58% delas estavam em logradouros identificados; e 56% ficavam em ruas totalmente pavimentadas.

PREVIDÊNCIA

Prejuízo com golpes chega a R\$ 3 bi em 2003

Golpes dos mais variados tipos contra a Previdência devem desviar, neste ano, R\$ 3,21 bilhões dos cofres públicos, segundo estimativa do Ministério da Previdência Social. O valor representa 3% dos R\$ 107 bilhões gastos com o pagamento de benefícios em 2003. Só neste ano, foram pagos cerca de 9,2 mil benefícios falsos, um rombo de R\$ 93,8 milhões na Previdência Social. O Rio de Janeiro foi o estado com maior número de fraudes registradas: foram cancelados 1.657 benefícios, um prejuízo mensal estimado de R\$ 1,1 milhão.

Se o pagamento de benefícios irregulares pelo governo gera déficits, os prejuízos mediante golpes de empresas privadas contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) são ainda maiores: em 2003, o montante sonegado foi de \$ 1,03 bilhão.

As irregularidades na Previdência Social têm assustado o governo, que garante re-

duzi-las nos próximos anos. O combate às fraudes já começou e, segundo o ministro Ricardo Berzoini, já têm apresentado efeito positivo na administração pública.

Neste ano, a força-tarefa contabiliza 219 mandados de busca e apreensão por fraudes contra o sistema previdenciário, 660 inquéritos instaurados, 85 prisões em flagrante e duas prisões preventivas. Em 2002, reforçou o ministro, havia apenas uma força-tarefa no país. No Rio de Janeiro. A partir deste ano, elas existem em 17 estados. As forças-tarefa têm o objetivo de identificar as fraudes, punir os responsáveis e devolver as quantias desviadas aos cofres públicos. Conta com representantes do Ministério da Previdência, da Polícia Federal e do Ministério Público. A expectativa, segundo Berzoini, é de que até junho de 2004 haja forças-tarefa em todos os estados.

SÃO PAULO Prefeitura alega que perderá R\$ 167,5 milhões

STJ autoriza cobrança da taxa de luz

Os moradores de São Paulo vão continuar a pagar a contribuição de iluminação pública. O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Nilson Naves, suspendeu hoje uma decisão judicial que impedia a cobrança da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (Cosip) pela Prefeitura de São Paulo a partir de janeiro. A proibição, no en-

tanto, ainda não havia sido publicada no Diário Oficial.

Naves concluiu que a suspensão da cobrança poderia trazer danos, já que a iluminação pública é um serviço essencial e indispensável à segurança e ao bem-estar da população. "A manutenção da rotina antecipada (decisão que impedia a cobrança) concorreria para o não-cumprimento dos

investimentos necessários em flagrante prejuízo ao interesse público", afirmou o ministro.

A taxa começou a ser cobrada em maio, com o objetivo de financiar a expansão e a melhoria da rede de iluminação pública na cidade. Contribuintes residenciais pagam R\$ 3,50 e comerciais, R\$ 11,00 - valores embutidos na conta de luz.

A taxa pelo serviço de ilumi-

nação foi aprovada em 2002 pelo Senado, mas o Idéc questiona a legitimidade da cobrança. No recurso encaminhado ao STJ, a defesa do Município sustentou que a interrupção da cobrança poderia trazer consequências nefastas à ordem, à segurança e à economia públicas, informou o tribunal. A Prefeitura argumentava que deixaria de arrecadar R\$ 167,5 milhões.